

Deputados devem encerrar hoje votação da nova Lei da Educação

SHEYLA BERNADETE

Depois de cinco anos em tramitação na Câmara dos Deputados, deve ser concluída hoje a votação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Dos 174 artigos da LDB, restam 56 a serem apreciados, justamente aqueles considerados mais polêmicos e sem possibilidade de acordo, o que leva a decisão ao plenário.

“Nossa estratégia, agora, será evitar discussões em plenário”, disse ontem a relatora do projeto e presidente da Comissão de Educação, deputada Ângela Amin (PPR-SC). Ela conta com a mobilização de representantes de diversas entidades estudantis e docentes, que prometeram lotar as galerias da Câmara e pressionar os deputados para agilizar a apreciação da matéria.

O PDT é o maior empecilho à aprovação da lei. Grande parte dos deputados pedetistas não aceita o substitutivo da parlamentar. “O que eles querem, na verdade, é obstruir a votação, para ficar com o nome na lei”, acusou a deputada — Ângela Amin refere-se ao projeto do senador Darcy Ribeiro (PDT-RJ), em tramitação no Senado. Para Ângela, os anos todos de discussões na Câmara credenciam o texto apresentado originalmente pelo ex-deputado Octávio Eliseo (PSDB-MG) como a “melhor proposta”.

A participação popular, através dos principais interessados na matéria — professores, estudantes e demais representantes da área —, é o argumento oferecido pelo deputado Ubiratan Aguiar (PMDB-CE), coordenador da comissão suprapartidária formada para agilizar o projeto.

Pontos — A Lei de Diretrizes e Bases da Educação é uma espécie de constituição do ensino brasileiro, com regras para reestruturar a educação básica até a universidade.

Entre as conquistas já aprovadas na LDB estão autonomia universitária; programas de educação a distância para a educação básica de adultos; o princípio de gestão democrática de ensino; ensino público noturno regular; condições especiais para carentes, deficientes e superdotados; liberdade de associação sindical; acesso livre à educação; sem prejuízo material no emprego; transporte e alimentação obrigatórios e subordinação da escola particular aos interesses públicos locais.